

Orçamento

Corte no gasto pode ser excessivo, diz Parente

União fica com apenas 37% da receita pública, situação comparável somente à da Iugoslávia

ROLF KUNTZ

O governo foi posto numa camisa-de-força pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Noventa por cento dos recursos do próximo orçamento federal estarão amarrados a despesas com educação, transferências constitucionais e gastos da seguridade social. De um total estimado em Cr\$ 37,2 trilhões, a preços de abril, sobrarão somente Cr\$ 3,8 trilhões para utilização mais ou menos livre, segundo o secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Parente. Esses valores deverão ser atualizados em dezembro, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), quando estiver aprovado o projeto do Orçamento Geral da União (OGU). O projeto deve ser enviado ao Congresso até o fim de agosto.

Ao contrário do que se diz, a LDO, aprovada na véspera do recesso parlamentar, não é permissiva e deixa pouco espaço para deputados e senadores fazerem políticas de clientela, afirma Pedro Parente. Ao contrário: difícil será cortar, como manda a LDO, programar



Parente: 90% de verbas amarradas

gastos de manutenção 20% menores que os deste ano. Esse corte acabará incidindo sobre apenas um décimo do orçamento e corresponderá, portanto, a 2% dos recursos. A proposta deverá, também, destinar a investimentos 10% da receita líquida disponível. Esses 10% poderão estar tanto nas verbas vinculadas quanto nas outras. Parte dos investimentos poderá estar incluída, por exemplo, nos gastos obrigatórios com educação.

Como não há muito espaço para novos cortes, poderá acabar fal-

tando dinheiro para despesas essenciais, adverte Pedro Parente. A saída, acrescenta, é uma reforma fiscal. Parte dessa reforma, segundo ele, deve ser uma redistribuição de responsabilidades entre União, Estados e municípios. A Constituição de 1988 dividiu com clareza as receitas públicas, mas não as atribuições de cada nível de governo, diz o secretário de Planejamento. Como resultado, o cidadão nem sabe de quem deve cobrar os investimentos em educação, por exemplo.

Já na época da reforma constitucional o então ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, insistiu na redivisão de encargos, apontando a armadilha em que iria cair o governo federal. Estados e municípios passariam a controlar uma parte maior do bolo fiscal e a União continuaria com as mesmas responsabilidades, porém com menos dinheiro. No Brasil, diz Pedro Parente, cabem à União, atualmente, 37% de todas as receitas públicas. Nos Estados Unidos, apesar da forte tradição federalista, o governo federal fica com 49% de todo o dinheiro arrecadado por todos os níveis da administração. O Banco Mundial, segundo secretário de Planejamento, só identifica um país com situação semelhante à do Brasil: a Iugoslávia. Falta descobrir o governador disposto a